

economia

Governo vai zerar IPI e prepara Imposto Seletivo

Fazenda encaminhará ainda neste ano o projeto do IS, que está previsto para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2027

/ CONJUNTURA

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta quinta-feira que o governo deve publicar “daqui a pouco” uma tabela reduzindo a zero o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para grande parte dos produtos em todo o País, e disse que é preciso enviar ao Congresso, a tempo de vigorar em 1º de janeiro, o projeto do Imposto Seletivo (IS) - tributo previsto na reforma para substituir, na prática, o IPI no novo modelo de tributação do consumo.

“Imposto Seletivo trata de uma nova tributação, que em alguma medida substitui o IPI. O IPI acaba o ano que vem. Daqui a pouco vamos zerar, vamos soltar uma tabela zerando o IPI em grande medida para o País todo, e nós precisamos encaminhar isso para o Congresso a tempo, de valer em 1º de janeiro”, afirmou.

Durigan explicou, entretan-

to, que a carga tributária do IS deve ser equivalente à hoje associada ao IPI, mesmo com o esvaziamento do imposto. A ideia, segundo ele, é usar 2027 como um período de transição, mantendo a carga, e definir a calibragem do Imposto Seletivo a partir de 2028.

“A partir da semana que vem eu vou dar início a essa conversa a essa conversa com os setores que são em especial impactados pelo Imposto Seletivo, para que a gente faça uma transição suave, pactue uma não discussão de mérito, mantendo a carga tributária para 2027, para que a gente tenha um ano de debate de como deve vir o imposto seletivo a partir de 2028”, disse o ministro.

Ele afirmou que o Congresso já deu a metodologia para definir a alíquota da CBS e disse que a proposta é manter, em um primeiro momento, a carga hoje vinculada ao IPI dentro do Imposto Seletivo, antes de discutir um im-

posto seletivo mais “progressivo” nos anos seguintes.

“A partir do ano que vem, vamos discutir o imposto seletivo progressivo nos próximos anos, que é como determina a Constituição. Acho que, a partir de 2028, a gente vai começar a ter clareza de qual é o tamanho do imposto seletivo, já definitivo no País, e a projeção, o quanto se estabiliza de CBS e o quanto a gente vai projetar de IBS para os próximos anos.”

O ministro da Fazenda afirmou ainda que o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisará para cima as projeções de crescimento da economia brasileira. O ministro, que participa do 1º Fórum Brasil Mais Verde, no Rio de Janeiro, destacou que os resultados econômicos estão sendo alcançados a partir da construção de um plano de desenvolvimento “inteligente e que aprende com o passado”.

“Eu recebi uma ligação hoje



Durigan disse ainda que o FMI revisará para cima as projeções do PIB nacional

cedo, o FMI vai reajustar para cima o potencial de crescimento do Brasil para 2026”, declarou, sem dar mais detalhes.

Em abril, o Fundo havia reduzido a projeção de crescimento da economia global neste ano para 3,1%, refletindo os impactos da guerra no Oriente Médio, enquanto previa que a economia

brasileira teria alta de 1,9%.”

Nós temos a taxa de desemprego na menor da história e inflação na mínima histórica, recorde na safra agrícola ‘sem passar a boiada’”, frisou.

O ministro participou nesta quinta-feira do evento Caminhos do Brasil, promovido pelo jornal Valor Econômico.

Alcolumbre segura fim da 6x1 e diz a aliados que PEC deve ser votada após eleição

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), mantém parada a PEC (proposta de emenda à Constituição) do fim da escala 6x1 e avisou a pelo menos dois aliados que não deve votá-la antes da eleição. Ele se queixa do tratamento recebido do governo e tem feito gestos à oposição.

Alcolumbre aguarda, segundo aliados, por uma conversa com o presidente Lula (PT). Os dois não se falaram pessoalmente desde que o Senado rejeitou a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para vaga no Supremo Tribunal Federal (STF).

O recesso parlamentar começa em duas semanas, no dia 17 de julho, e senadores foram informados de que nenhuma decisão so-

bre a PEC deverá ser tomada até lá. Durante o período eleitoral, de agosto a outubro, só devem ocorrer sessões virtuais, sem a inclusão de temas polêmicos.

Além da PEC do fim da 6x1, o presidente do Senado travou outros projetos do governo, como a PEC da Segurança Pública, o marco legal dos minerais críticos, a política de estímulos à instalação de data center (o Redata) e a medida provisória que acabou com a taxa das blusinhas (o texto perde a validade em setembro, o que pode fazer a cobrança voltar no meio da eleição).

Esses aliados ressaltam que o cenário pode mudar se Alcolumbre for recebido por Lula e houver um acordo. Eles destacam, porém, que o calendário está

curto e que o canal de diálogo está interditado.

O petista chegou a sinalizar que o receberia, mas o encontro não ocorreu - no mesmo dia em que indicou que aceitaria a reunião, o Senado aprovou uma pauta-bomba para renegociação bilionária de dívidas rurais.

Publicamente, Alcolumbre dá sinais contraditórios. A empresários, defendeu que não vai correr com o debate, que a discussão deveria ser desvinculada do período eleitoral e que a PEC para proibir a escala 6x1 incorpore sugestões da PEC da “jornada flexível”, proposta pela oposição para permitir o pagamento por hora trabalhada e se contrapor à iniciativa do governo Lula.

Já em reunião com centrais

sindicais, ministros do governo Lula e deputados de esquerda nesta quarta-feira, Alcolumbre questionou qual o motivo do prazo de 14 meses para a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais de trabalho e pediu à consultoria do Senado que estude se é possível acabar com transição sem que isso exigisse o retorno da PEC à Câmara dos Deputados.

Os sindicalistas viram a pergunta como um aceno positivo à pauta, mas preferem manter a proposta como está para evitar contestações jurídicas. No encontro, eles evitaram confrontar o presidente do Senado e buscaram trazê-lo para o lado deles, com o argumento de que ele colherá frutos políticos positivos como o responsável por promulgar a PEC,

caso aprovada.

Nessa reunião, Alcolumbre evitou antecipar qualquer calendário e se ausentou da sessão de debates realizada no plenário nesta quarta-feira para debater o tema.

A nova líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), disse que as arestas estão sendo aparadas e avaliou que a decisão do presidente do Senado de adiar a votação da PEC que cria uma regra especial de aposentadoria a agentes comunitários de saúde é um aceno positivo ao diálogo com o Palácio do Planalto.

O senador, no entanto, acusa o governo de promover um movimento organizado nas redes sociais para atacá-lo e pressioná-lo a colocar a proposta em votação.



Apresenta:

32ª fenadoce

Doce Aventuras de Pelotas
Uma Jornada mágica

de 15 de julho a 02 de agosto

Centro de Eventos Fenadoce - Pelotas/RS

Patrocínio Master:



Compre seu ingresso online



www.fenadoce.com.br